

Qualificação dos registros do Programa Saúde na Escola no sistema MV: experiência de educação permanente com profissionais da saúde e educação

Daniel Fagundes de Souza*, Caroline Paiva Monteiro², Franciele da Trindade Flores³, Carla
Cristina Bauermann Brasil, Simone Regina Ceolin

Introdução

Instituído pelo Decreto nº 6.286/2007 (BRASIL, 2007), o Programa Saúde na Escola (PSE) constitui uma política pública intersetorial voltada à integração entre saúde e educação, com o objetivo de promover ações de prevenção, promoção e atenção à saúde no ambiente escolar. Essas ações são organizadas em eixos temáticos que contemplam desde avaliações de saúde, como antropometria, saúde bucal, saúde ocular e auditiva, até atividades educativas relacionadas à alimentação saudável, atividade física, saúde mental, prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, saúde sexual e reprodutiva, cultura de paz, saúde ambiental, prevenção de violências, promoção da cidadania e controle de doenças negligenciadas (BRASIL, 2009; BRASIL, 2023).

Na prática, o PSE atua aproximando as equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente as Unidades Básicas de Saúde (UBS), da comunidade escolar. As UBS planejam e executam, em parceria com as escolas, ações de avaliação, orientação, educação em saúde, encaminhamento e acompanhamento dos estudantes. A escola, por sua vez, contribui com a identificação das demandas, organização dos estudantes, articulação com as famílias e apoio ao desenvolvimento das atividades no espaço escolar (BRASIL, 2009).

Para garantir o acompanhamento adequado das ações realizadas, é fundamental que exista um fluxo organizado de informações entre UBS, escola e gestão do PSE. Nesse processo, as UBS são responsáveis pelo registro das ações realizadas junto aos estudantes no sistema oficial utilizado pelo município de Santa Maria (RS), o Sistema MV. A escola, por sua vez, executa e acompanha as atividades no contexto escolar, comunicando às unidades de saúde as ações desenvolvidas, a fim de viabilizar o devido registro pelas equipes de saúde. Por fim, a gestão do PSE realiza o monitoramento dos registros, verificando se as ações foram devidamente lançadas no sistema, se contemplam os eixos pactuados e se respondem às necessidades locais (BRASIL, 2024).

No contexto municipal, entretanto, a efetividade das ações do PSE não depende apenas da realização das atividades nas escolas, mas também da qualidade dos registros inseridos no Sistema MV. Os dados registrados subsidiam o monitoramento das ações, a avaliação dos indicadores pactuados, a produção de informações em saúde e a tomada de decisão pela gestão pública. Dessa forma, inconsistências, atrasos ou falhas nos registros podem comprometer a fidedignidade das informações e dificultar o planejamento das ações intersetoriais (BRASIL, 2024).

Além disso, a utilização de sistemas digitais no âmbito do PSE exige que os profissionais envolvidos desenvolvam competências relacionadas à saúde digital, ao registro qualificado das informações e ao uso adequado das ferramentas tecnológicas disponíveis. Nesse sentido, estratégias de educação permanente tornam-se fundamentais para fortalecer os processos de trabalho, promover maior integração entre saúde e educação e qualificar o uso dos sistemas de informação em saúde (BRASIL, 2024).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de qualificação dos registros do Programa Saúde na Escola, por meio de capacitações, elaboração de materiais didáticos e estratégias voltadas à saúde digital, visando à melhoria da qualidade da informação, ao uso mais eficiente das ferramentas digitais de registro, ao fortalecimento da comunicação entre os profissionais envolvidos e à valorização das boas práticas desenvolvidas no território escolar.

Desenvolvimento

O ponto de partida para a organização das atividades foi a identificação, pela gestão do PSE, de erros recorrentes nos registros realizados no Sistema MV ao longo do ano de 2025. A partir desse levantamento de dados, foi planejada uma ação de capacitação para 2026, com orientações objetivas voltadas à qualificação dos registros das ações do PSE. A iniciativa articulou diferentes atores envolvidos no processo, incluindo a gestão municipal, equipes de saúde, profissionais da educação, a Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos sistemas de informação do município e monitores do PET-Saúde Digital/UFSM.

Diante do exposto, foi realizada a atualização do *Manual de Registros das Ações do*

PSE – versão 2026, desenvolvido pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família em conjunto com a gestão municipal do PSE, profissionais vinculados ao Sistema MV e integrantes do PET-Saúde Digital. O material constituiu um documento orientador voltado à qualificação dos registros das ações do programa, reunindo informações técnicas, orientações operacionais e exemplos práticos relacionados ao preenchimento adequado das informações no sistema.. O documento foi disponibilizado em versão impressa e colorida, com apoio e custeio da UFSM, juntamente com outros materiais elaborados pelo PET-Saúde Digital da UFSM. A entrega ocorreu durante uma capacitação realizada em 18 de março de 2026, com duração de quatro horas (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Capacitação do Sistema MV.



Fonte: Autor (2026).

Figura 2 - Capa do Manual de Registros das Ações do PSE - versão 2026.



Fonte: Programa Saúde na Escola (2026).

Além do manual, foram elaborados dois Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com o objetivo de sintetizar as principais informações do documento orientador, oferecendo instruções claras, objetivas e padronizadas sobre o passo a passo para o preenchimento adequado das ações do PSE no Sistema MV (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - POP Registro sem erros: 10 passos para registrar as ações do PSE no sistema MV.



Fonte: Autor (2026).

Figura 4 - POP Pare e confira: erros que invalidam o registro das ações do PSE no Sistema MV.



Fonte: Autor (2026).

Para a capacitação, foi solicitado que cada uma das 34 Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município indicasse ao menos um profissional responsável pelos registros das ações no sistema. Ao todo, participaram 47 pessoas, entre profissionais da saúde, residentes e estagiários vinculados aos serviços. Os participantes foram comunicados previamente sobre a atividade, buscando facilitar a organização das equipes e ampliar a adesão ao evento. Optou-se pela realização da capacitação no turno destinado às reuniões internas das equipes, período em que as unidades permanecem fechadas para atendimento externo, favorecendo a participação dos profissionais sem prejuízo à assistência prestada à população.

As inscrições foram realizadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado na plataforma Google Forms. Antes do início da capacitação, os participantes responderam a um questionário elaborado pelo PET-Saúde Digital/UFSM sobre o uso do Sistema MV para o registro das ações do PSE. O instrumento contemplou questões relacionadas ao tempo de utilização do sistema, frequência de uso, facilidades e dificuldades encontradas durante os registros, experiências prévias de capacitação, percepção quanto à funcionalidade e desempenho da plataforma, além de sugestões para melhoria do processo de trabalho. O levantamento dessas informações contribuiu para o direcionamento das atividades desenvolvidas durante a capacitação, permitindo que os facilitadores abordassem dúvidas frequentes, dificuldades operacionais e demandas relatadas pelos próprios participantes. Além disso, o espaço formativo favoreceu a troca de experiências entre os profissionais, fortalecendo a integração entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento das ações do Programa Saúde na Escola no município.

Resultados

A análise inicial dos dados permitiu dimensionar a relevância do problema enfrentado pelos registros no sistema MV. Do total de 1.265 ações do PSE registradas em 2025, 407 apresentaram algum tipo de inconformidade, correspondendo a 32,17% das ações avaliadas. Entre elas, 279 ações foram identificadas como registros fora do prazo, representando 22,06% do total, e 128 apresentaram erros de lançamento, equivalentes a 10,12%. Os erros de lançamento estavam associados principalmente à seleção incorreta do local da atividade, à ausência de registro nominal em práticas de saúde e à duplicidade de lançamentos no mesmo dia e turno, evidenciando fragilidades nos fluxos de trabalho e a necessidade de fortalecimento

das orientações técnicas destinadas às equipes envolvidas.

Dessa maneira, esses achados indicaram que aproximadamente um terço das ações analisadas apresentava algum tipo de fragilidade no processo de registro. Embora as atividades tivessem sido realizadas no território escolar, parte delas não estava adequadamente representada nos sistemas de informação. Essa situação revelou um descompasso entre a prática executada e sua tradução administrativa, o que pode comprometer a confiabilidade das informações, a consolidação dos indicadores e o reconhecimento institucional das ações desenvolvidas pelas equipes de saúde e educação.

A capacitação contou com 47 participantes, vinculados a diferentes UBS, Estratégias de Saúde da Família (ESF), equipes de Atenção Primária (eAP), além de setores da gestão, como a Secretaria Municipal de Saúde e o PSE. Observou-se ampla diversidade de serviços representados, demonstrando boa capilaridade da ação formativa e alcance territorial significativo na rede municipal de saúde.

O momento foi conduzido de forma dinâmica e participativa, contando com o envolvimento ativo dos profissionais presentes durante toda a atividade. Ao longo do encontro, os participantes puderam esclarecer dúvidas relacionadas aos erros mais frequentes identificados nos registros do PSE, especialmente aqueles que impactam diretamente na validação das ações e na qualidade das informações inseridas nos sistemas oficiais. Também foram abordadas orientações sobre os prazos corretos para registro e validação das atividades, reforçando a importância do cumprimento adequado dessas etapas para garantir a fidedignidade dos dados, o monitoramento das ações desenvolvidas e a correta contabilização das atividades realizadas pelas equipes.

Além da abordagem teórica, a capacitação priorizou a aplicação prática dos conhecimentos apresentados, aproximando o processo de aprendizagem das situações enfrentadas pelos profissionais no cotidiano de trabalho. Para isso, foi realizado, em tempo real e de forma detalhada, o passo a passo do registro de uma atividade executada no dia anterior por uma cirurgiã-dentista de uma UBS, possibilitando que os participantes acompanhassem todas as etapas necessárias para o preenchimento correto das informações no sistema.

A escolha de realizar a atividade em um laboratório de informática contribuiu significativamente para o aproveitamento da capacitação, uma vez que cada participante teve acesso individual a um computador, permitindo a execução simultânea dos procedimentos demonstrados. Essa metodologia favoreceu a aprendizagem prática, a resolução imediata de

dúvidas e maior segurança dos profissionais quanto à realização dos registros no sistema, contribuindo para a redução de erros futuros e para o fortalecimento da autonomia dos participantes no uso das ferramentas digitais de registro.

Dessa forma, a capacitação mostrou-se fundamental para o fortalecimento das ações relacionadas ao PSE, contribuindo para a qualificação dos registros, para a padronização das informações inseridas pelas equipes e para a melhoria do acompanhamento das ações desenvolvidas no território. Além disso, a experiência evidenciou o potencial das estratégias de educação permanente em saúde digital como ferramenta para qualificar processos de trabalho, fortalecer a integração entre gestão, saúde e educação e ampliar a qualidade das informações produzidas no âmbito do Programa Saúde na Escola.

Conclusão

A experiência desenvolvida demonstrou que a qualificação dos registros do Programa Saúde na Escola constitui uma ação estratégica para o fortalecimento da gestão intersetorial, da transparência das informações e da valorização das práticas realizadas junto à comunidade escolar. Os resultados evidenciaram que a execução das ações, por si só, não garante sua adequada incorporação aos sistemas de informação. Nesse sentido, o registro deve ser compreendido como parte integrante da política pública, demandando processos contínuos de qualificação profissional, com ênfase nas estratégias de educação permanente em saúde, uma das diretrizes estruturantes do programa.

Embora o registro das ações faça parte da rotina diária da APS, é natural que inconsistências e erros ocorram durante esse processo, especialmente diante da elevada demanda de atividades desenvolvidas pelas equipes e das constantes atualizações dos sistemas de informação e dos fluxos de trabalho. Nesse contexto, momentos de capacitação, orientação e reflexão coletiva tornam-se fundamentais para qualificar o processo de registro e fortalecer a atuação dos profissionais envolvidos.

A realização de espaços educativos como esse possibilita que os profissionais desenvolvam um olhar mais crítico, atento e criterioso sobre a importância dos registros realizados, compreendendo que a qualidade das informações inseridas impacta diretamente no monitoramento das ações, na consolidação dos indicadores de saúde, no planejamento das estratégias das equipes e na comprovação das atividades executadas no território. Além disso,

a discussão coletiva sobre os erros mais frequentes favorece a troca de experiências, o aprendizado mútuo e a construção compartilhada de soluções para as dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho.

Esses momentos também promovem a reflexão crítica sobre os processos de trabalho, incentivando os profissionais a revisarem suas práticas, aperfeiçoarem os fluxos de registro e adotarem maior cuidado no preenchimento das informações. Como consequência, observa-se potencial redução de inconsistências, melhoria da qualidade dos dados inseridos nos sistemas oficiais e fortalecimento da organização dos serviços de saúde.

Dessa forma, a experiência demonstrou que ações de capacitação voltadas à qualificação dos registros do Programa Saúde na Escola podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade das informações inseridas no Sistema MV, para a redução de inconsistências nos registros e para o fortalecimento da articulação entre saúde, educação e gestão municipal. Além disso, evidenciou-se que estratégias de educação permanente em saúde e saúde digital constituem ferramentas essenciais para o aprimoramento dos processos de trabalho, favorecendo maior segurança no uso dos sistemas de informação, qualificação do monitoramento das ações e fortalecimento das políticas públicas desenvolvidas no território escolar. Recomenda-se a continuidade de ações formativas periódicas, visando à atualização constante das equipes e à consolidação de práticas mais qualificadas de registro e monitoramento no âmbito do Programa Saúde na Escola.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola — PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadernos de Atenção Básica, n. 24: Saúde na Escola*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica nº 30/2024-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola: perguntas frequentes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.